



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRAM

CHECKLIST: FASE PREPARATÓRIA - SERVIÇOS

SEI-070002/008726/2020

**PROJETO EXECUTIVO E OBRAS PARA CANALIZAÇÃO EM
TRECHO DO RIO RONCADOR, DUQUE DE CAXIAS – RJ**

CONDIÇÕES A SEREM VERIFICADAS	SIM / NÃO / NÃO SE APLICA
DA REQUISIÇÃO E DOS ESTUDOS PRELIMINARES	
1. A requisição contém a assinatura e ID funcional do(s) servidor(es) responsável(is)?(art. 19, §1º da Lei estadual nº 5.427/09)	SIM
2. A solicitação e/ou requisição justificou a necessidade da contratação , contendo as informações exigidas no art. 12, §1º do Decreto Estadual 46.642/2019?	SIM
3. A definição do objeto pelo setor requisitante está precisa e clara? (art. 13, caput, do Decreto Estadual 46.642/2019).	SIM
4. Caso se trate de contratação de serviços terceirizados, com manutenção e disponibilidade a cargo do contratado, foi analisada a vantajosidade por meio de estudo técnico preliminar que compare tais custos com o da estrutura própria de manutenção, entre outros? (art. 13 do Decreto n.º 46.687/2019)	N/A
5. No caso de parcelamento do objeto , foi comprovado o melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala, com justificativa expressa sobre o ponto? (art. 13, inciso IV do Decreto Estadual 46.642/2019)	N/A
6. Caso parte do objeto esteja sendo licitado ou contratado em outro procedimento , houve justificativa? (Parecer n. 31/2020/INEA/GECON)	N/A
7. Caso a solução por itens ou por lotes tenha implicações de natureza técnica , como ocorre em soluções de tecnologia da informação, houve ratificação pelo setor técnico? (Parecer RT ASJUR/SECCG nº015/2019)	N/A
8. Se a decisão foi pelo não parcelamento do objeto ou solução por preço global : 8.1 Foi justificada em razão da indivisibilidade do objeto ou através da demonstração de prejuízo para o conjunto ou, ainda, da perda da economia de escala pela adjudicação por item? (Parecer SES/SJ/AJ DT 17/2019) 8.2 Foi demonstrado que não houve restrição a ampla participação de licitantes e direcionamento do certame? (art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93)	SIM



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRAM

9. Caso haja especificação de marca , há justificativa fundada em estudo técnico ou em ato administrativo de padronização? (art. 15, §2º, do Decreto Estadual 46.642/2019)	N/A
10.No caso de especificação de marca com base em processo administrativo de padronização foi juntada a cópia do ato administrativo de padronização ?	N/A
11.O setor competente verificou a necessidade do objeto em todas as unidades internas do órgão ou entidade, a fim de evitar a necessidade de repetição de procedimentos e proporcionar economia de escala? (art. 14 do Decreto Estadual nº 46.642/2019)	N/A
12.A solicitação e/ou requisição veio acompanhada dos documentos que comprovem a realização de estudo preliminar seguindo as melhores práticas administrativas? (Art. 12, §3º, do Decreto Estadual nº 43.629/2012)	sim
13.Há definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização provável e futura estimada (art. 15, inciso I, do Decreto Estadual nº 46.642/2019 e art. 15, inciso I, da Lei nº 8.666/93)?	N/A
14.As especificações para a contratação dos serviços observam os critérios de sustentabilidade ambiental, na forma do art. 6º do Decreto Estadual nº 43.629/2012 ?	N/A
15.Caso tenham sido fixadas outras práticas de sustentabilidade ambiental , além daquelas previstas pelo Poder Executivo, houve motivação técnica? (art. 13, inciso V e §3º do Decreto Estadual nº 46.642/2019)	N/A
16.Em se tratando de serviços de Tecnologia da Informação , observou o art. 17 do Decreto Estadual nº 46.642/2019 ?	N/A
17. Tratando-se de contratação na área de tecnologia da informação 17.1 A justificativa incluiu a análise acerca do risco de sobreposição desse tipo de contratação com contratações realizadas pelo Estado do Rio de Janeiro? ¹ 17.2 Em caso positivo, há no processo a previsão de mecanismos de articulação com os atores envolvidos visando mitigar os efeitos negativos dessa sobreposição? 17.3A justificativa incluiu a análise acerca do risco de dependência tecnológica ?	N/A
18.A requisição e definição do objeto estão de acordo com o catálogo de serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição do Estado do Rio de Janeiro – SIGA ? (art. 10, inciso VI do Decreto Estadual 46.642/2019)	N/A
19.A contratação está de acordo com o Plano Anual de Contratações do órgão ou entidade? (art. 10, inciso I do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
20. No caso de contratação de serviços de manutenção, observou o Plano Anual de Manutenção ? (art. 13 e 15 do Decreto n.º 46.687/2019)	N/A
21.Há comprovação de realização de audiência pública , no caso de licitação ou conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas de valor superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea “c” da Lei n.º 8.666/93, na forma do art. 39 da Lei nº 8.666/93, mesmo se tratando de pregão ou registro de preços (Enunciado PGE n.º 35)?	N/A
22. Caso haja referência a documentos técnicos , os mesmos estão acostados ao processo? (art. 38, inc. VI, da Lei nº 8.666/93)?	N/A



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRAM

23. Há autorização pela autoridade competente para o início do procedimento (art. 10, inciso VII, do Decreto Estadual 46.642/2019)?	SIM
24. Foram tomadas as providências para a indispensável disponibilidade, utilização, aquisição ou desapropriação dos bens necessários à execução do serviço a contratar? (art. 19, §2º, do Decreto Estadual 46.642/2019)	N/A
25. Verificou se, no caso de terceirização do serviço , não está configurada a mera intermediação de mão de obra (o foco da contratação não pode ser genérico ou indefinido, mas sim um serviço específico)? na forma da definição do Parecer FAG nº 7/2009	N/A
26. Observou a vedação de contratação de cooperativas de serviços que possuem presunção de subordinação? (Orientação Administrativa PGE nº 08)	N/A
27. Consta nos autos Termo de Referência elaborado preferencialmente por técnico com qualificação profissional compatível? (art. 10, inciso V do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
28. O Termo de Referência é compatível com as descrições da requisição e os estudos preliminares?	SIM
29. Consta indicação do ID SIGA de cada um dos itens relacionados no objeto? (Art. 11, inciso III do Decreto Estadual nº 46.642/2019)	N/A
30. Foi definido prazo e a metodologia de trabalho , em especial a necessidade, a localidade e o horário de funcionamento? (art. 15, inciso III, do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
31. Houve indicação do prazo de execução do serviço e/ou suas etapas? (art. 15, inciso IV do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
32. Consta a metodologia de avaliação da qualidade e aceite do serviço, e, se for o caso, Avaliação de Nível de Serviço? (art. 11, inciso V do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
33. Se houver Acordo de Nível de Serviço , observou as diretrizes do Enunciado nº 34 – PGE ?	N/A
34. Consta a indicação dos critérios objetivos que serão utilizados para avaliar a capacidade técnica da empresa a ser contratada e os respectivos documentos comprobatórios? (art. 11, inciso VII, do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
35. Ainda quanto à qualificação técnica , observou também o Enunciado PGE nº 39?	SIM
36. A forma de pagamento está definida, indicando se será à vista ou parcelada, e a periodicidade? (art. 11, inciso IX, do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
37. Indicou o valor da garantia ? Ou justificou a sua dispensa? (art. 11, inciso X, do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM (EDITAL)
38. Há indicação dos procedimentos de gestão e de fiscalização que serão adotados? (art. 11, inciso XI, do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
39. Constam definidas quais serão as obrigações da contratante e da contratada? (art. 11, inciso XII e XIV do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
40. Constam as condições que possam ajudar na identificação do quantitativo de pessoal e insumos necessários à execução contratual?	SIM
41. Foram fixados os critérios para julgamento e classificação das propostas e critérios de aceitação de preços? (art. 11, inciso XV, do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM (EDITAL)
42. Caso seja licitação tipo técnica e preço, foram fixados os critérios técnicos de julgamento de propostas? (art. 11, inciso XVI, do Decreto Estadual 46.642/2019)	N/A



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRAM

43.O termo de referência apresenta o modelo de autorização do serviço a ser utilizado (art. 11, inciso XVII, do Decreto Estadual 46.642/2019)	N/A
44.O termo de referência apresenta o modelo de planilha de custos a ser utilizado? (art. 11, inciso XVII, do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
45.Caso alguma das informações acima não tenha sido incluída no termo de referência, foi apresentada justificativa específica? (Art. 11, Parágrafo Único, Decreto Estadual 46.642/2019)	N/A
46.Há assinatura e ID funcional do(s) servidor(es) responsável(is) pelo Termo de Referência ou Projeto Básico? (art. 19, §1º da Lei estadual nº 5.427/09)	SIM
47.Há aprovação do Termo de Referência ou Projeto Básico pela autoridade competente? (art. 10, inciso V, do Decreto nº 46.642/19)	SIM
48.A pesquisa de preços considerou cumulativamente todos os parâmetros previstos no art. 20, §1º do Decreto nº 46.642/19 ?	SIM
49.Caso excluído algum dos parâmetros de pesquisa de mercado, houve justificativa ? (art. 20, §2º do Decreto nº 46.642/19)	N/A
50.Caso tenha sido adotado outro parâmetro de pesquisa , houve justificativa pela autoridade competente? (Art. 21, §3º do Decreto nº 46.642/19)	N/A
51.No caso de não obtenção de 3 cotações de preços de referência, foi realizada nova pesquisa de mercado ? (Art. 21, §1º do Decreto nº 46.642/19)	N/A
52.Caso não tenha sido realizada a nova pesquisa de mercado, foi apresentada justificativa ? (Art. 21, §1º do Decreto nº 46.642/19)	N/A
53.No caso de não obtenção de um dos parâmetros listados no §1º, foi realizada a pesquisa por meio de anúncio de jornais, encartes, consultas à internet ou qualquer outro veículo de informação? (Art. 20, §6º do Decreto nº 46.642/19)	N/A
54. No caso do item anterior, o servidor responsável atestou a fonte das informações obtidas, com indicação da data de referência ou de acesso? (Art. 20, §6º do Decreto nº 46.642/19)	N/A
55.Na consulta a fornecedores , foi remetido o termo de referência? (art. 20, §3º do Decreto nº 46.642/19)	N/A
56. Relativamente à consulta aos fornecedores por meio de correio eletrônico, prevista no art. 20, §1º, inciso VII, Decreto nº 46.642/19 : No caso de consulta a empresas não cadastradas no SIGA, foi informada a fonte de indicação das referidas empresas (ex. páginas amarelas, internet, outros cadastros etc.)? A consulta foi realizada por meio do e-mail funcional do agente responsável? Foram acostadas ao processo administrativo as imagens demonstrativas do envio dos e-mails, contendo a data de remessa da correspondência eletrônica e do recebimento das respostas? ² Promoção PGE/PG15/CCAPSJ Nº 18 – CLM	N/A
57. Foi demonstrado ou atestado pelo servidor público responsável pela pesquisa que há pertinência temática entre as atividades econômicas principal e secundária das empresas	SIM



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRAM

consultadas com o objeto a ser contratado?	
58. Observou o prazo mínimo para a resposta do fornecedor de 5 dias? (art. 20, §4º do Decreto nº 46.642/19)	SIM
59. A pesquisa observou o limite de 180 dias para consideração do preço/orçamento? (art. 20, §3º do Decreto nº 46.642/19)	SIM
60. A similaridade das condições contratuais ou da oferta, a fim de evitar eventuais distorções no preço de referência apurado, foi atestada pelo setor técnico?	SIM
61. Na formação da estimativa, foram desprezados, justificadamente, os valores obtidos por meio de consulta a fornecedores que apresentam grande variação em relação aos demais, os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados? (art. 21º, §2º do Decreto nº 46.642/19)	N/A
62. A pesquisa de preço foi apresentada por meio de planilha expressando os custos unitários acompanhada de relatório analítico ? (art. 22, caput, do Decreto nº 46.642/19)	SIM
63. O Relatório Analítico observou o Parágrafo Único do art. 22 do Decreto nº 46.642/19 ?	N/A
64. Para a comprovação de parâmetro frustrado , há declaração do responsável atestando que tentou consultá-las, com registro de data de acesso e modo de consulta (ex.: telefone)? (Art. 22, Parágrafo único do Decreto n.º 46.642/19)	N/A
65. A planilha com os quantitativos expressando todos os custos unitários indica a respectiva data-base (mês/ano)? (Anexo item II, II.1, “c” da Deliberação TCE nº 280)	SIM
66. O mapa de preços apresentado reflete os documentos apresentados? (art. 21 do Decreto nº 46.642/19)	SIM
67. Há autorização de ordenador de despesa previsto no rol do art. 82 da Lei nº 287/79, ou com delegação destes poderes? (art. 19 do Decreto nº 46.642/19)	SIM
68. A motivação da autoridade competente levou em consideração a oportunidade, conveniência e relevância da contratação? (art. 19, §2º, do Decreto nº 46.642/19)	SIM
69. Consta comprovação pelo setor competente da existência de previsão orçamentária para a despesa? (art. 26 do Decreto nº 46.642/19)	SIM
70. Se a despesa não se encerrar no próprio exercício financeiro, atestou-se a compatibilidade com o Plano Plurianual ? (art. 26 do Decreto nº 46.642/19)	SIM
71. Caso a contratação implique em criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, observou-se o art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 ?	N/A
72. Há declaração de adequação da despesa e autorização da reserva orçamentária feita pelo Ordenador de Despesa? (art. 28 do Decreto nº 46.642/19)	SIM
73. Foi atestada a inexistência de Ata de Registro de Preços em vigor? (art. 6º do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
74. Caso sejam serviços comuns , adotou-se a modalidade Pregão Eletrônico (art. 29, §1º do Decreto Estadual 46.642/2019)	N/A
75. Foi examinada a possibilidade de criação de Registro de Preços , na forma do art. 3º do Decreto nº 46.751/2019 ?	SIM
76. A definição da modalidade foi adequada na forma do art. 23, combinado com art. 120 Lei nº 8.666/93, considerando os novos valores do Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018? (art. 29 do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRAM

77. Na definição do tipo de licitação , caso se tenha optado pela contratação por menor preço global ou por menor preço por lote, houve justificativa específica demonstrando que não houve prejuízo quanto à economia de escala e mantida a ampla participação de licitantes?	SIM
78.Caso a modalidade seja Pregão Eletrônico , foi observada a legislação específica, em especial o Decreto nº 31.863/2002 ?	N/A
79.Caso o tipo de licitação seja de técnica e preço , houve justificativa?	N/A
80.No caso de licitações de serviços de informática , caso tenha sido adotado o tipo menor preço, o serviço já é padronizado no mercado? (Enunciado nº 11 da PGE)	N/A
81. Caso o instrumento de contrato tenha sido dispensado, estão preenchidos os requisitos do §4º art. 62 da Lei n.º 8.666/93 ?	N/A
82.Houve indicação pelo Ordenador de Despesa do setor ou agente responsável pela elaboração da minuta? (art. 29, §4º do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
83.Observou a minuta-padrão da PGE atualizada? (art. 30 do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
84. Caso seja serviço com mão de obra residente e de natureza contínua , as cláusulas-padrão foram adaptadas?	N/A
85. Caso a fornecedora tenha apresentado proposta semelhante a “termos e condições” , tais cláusulas são compatíveis com a respectiva minuta-padrão de contratação e observam a legislação federal e estadual aplicável? (Parecer n.º 08/2017 – FMBM)	N/A
86.Na definição da minuta-padrão a ser adotada, analisou-se se é o caso de licitação exclusiva para pequenas empresas ?	N/A
87.Caso seja licitação exclusiva para pequenas empresas, observou as orientações do Enunciado nº 33 PGE ?	N/A
88.Foi destacado na minuta proposta as alterações realizadas bem como justificadas as alterações implementadas? (art. 30, parágrafo único, do Decreto Estadual 46.642/2019)	SIM
89.Há justificativa do gestor para escolha do índice de reajuste , indicando que o índice reflete os custos e insumos do respectivo segmento? Ou caso não seja índice setorial, justificativa específica atestando a inexistência/inadequação de índice setorial? (Enunciado PGE nº14)	SIM
90.Consta o ato de designação da comissão de licitação ou pregoeiro e equipe de apoio, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação? (art. 38, III e art. 51 da Lei nº 8.666/93)	SIM
91.Respeita as regras de vigência dos contratos administrativos, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93 ?	SIM
92. A participação ou vedação de consórcio foi objeto de motivação específica pelo setor requisitante, justificando a decisão à luz do objeto e das características daquele mercado? (art. 33 da Lei nº 8.666/93)	SIM
93.Há assinatura e ID funcional do servidor responsável pela elaboração da minuta, e do (s) servidor (es) responsáveis por todas as alterações efetuadas em relação à minuta-padrão, ainda que não substanciais? (art. 19, §1º da Lei estadual nº 5.427/09)	SIM